



A DEFESA

3ª FASE

Nº 731

DEZEMBRO DE 1986

PRÓPRIA - SERGIPE

NATAL: A GRANDE MENSAGEM PARA TODOS OS TEMPOS

O NATAL nos lembra Jesus nascendo pobre no recanto de uma gruta. A mãe, a virgem privilegiada, e o pai adotivo, ambos num contraste de alegria imensa, no meio daquela pobreza, daquela falta de tudo, depois da recusa de um cantinho para se hospedarem na pequenina Belém. Mistérios de Deus, desafios da Providência, ou acontecimento profético? Tudo isso ao mesmo tempo!

Se a pessoa vale pelo que ela é como pessoa humana, nos tempos novos que então começavam, na simplicidade daquela gruta, ao balido das ovelhas, ao bafo quente do boi, e ao zurrar do jegue, ali nascia alguém de uma importância tão grande que, mais tarde, bem mais tarde, quando ele atingisse os seus trinta e três anos de existência, numa hora solene, diante de uma multidão que pedia a sua morte, ele seria apontado ao povo pela autoridade máxima do país simplesmente assim: "EIS AQUI O HOMEM"!!!

Jesus Cristo, meu caro leitor, é, sem dúvida alguma, a figura mais importante da História. E para nós que neste mês de dezembro temos o costume de contemplar sua imagem de criança recém-nascida e pobre reclinada num presépio, ou seja, numa lapinha, ele é, na verdade, o Filho de Deus feito homem, aquele que veio ao mundo para nos salvar.

Então, esta é a hora de nós nos recolhermos por alguns instantes, na festejada NOITE DE NATAL, para nos colocarmos em espírito na sua presença, e lembrarmos, mais vez o grande amor com que Deus Pai amou o mundo, a ponto de nos mandar seu próprio Filho, Jesus Cristo.

Queiramos ou não, o Natal nos faz pensar também na dureza do coração humano. O que se deu com Cristo, que acabou nascendo praticamente ao relento, numa noite de rigoroso inverno, continua a repetir-se em nossos dias com

tantas e tantas crianças de nosso país. Ocupando embora o sétimo lugar entre os principais países do mundo, o Brasil é um país em que o número de crianças carentes é assustador. sabe-se que o índice mais geral das condições de vida das crianças é a taxa de mortalidade infantil. E qualquer pessoa bem informada sobre este assunto no Brasil sabe muito bem que a taxa de mortalidade infantil entre

nós é cerca de cinco vezes superior à de países muito ricos, como os Estados Unidos, e muito maior até mesmo de um país do terceiro mundo como Cuba. As estatísticas oficiais informam que há uma tendência de queda na taxa de mortalidade infantil em escala mundial. Mas é bom saber também que o simples fato de sua diminuição são, como é o caso do nosso país, não basta para se concluir que houve uma melhoria relativa no que se refere as condições de vida das crianças brasileiras.

Tudo isso nos faz pensar na responsabilidade de cada um de nós.

Nos planos de Cristo, cada cristão está destinado a ser uma luz para o mundo. no entanto, quantos de nós ficamos acomodados no nosso cantinho, sem querer saber de complicações outras... Deixamos que as coisas aconteçam, quando conforme a bela canção de Geraldo Vandré, "quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

Aí está um dos pontos decisivos que comprovariam, se preciso fosse, nossa fidelidade ao "MENINO DE BELÉM". A mensagem dele é revolucionária, é de mudança radical, é mesmo de transformação profunda.

Então, é de todo o coração que lhe digo, amigo leitor: FELIZ NATAL PARA VOCÊ!

+ José, Bispo de Propriá.

CONSTITUINTE, COMO FICOU APÓS AS ELEIÇÕES

Onde está a Nova República, se a democracia apenas serve como instrumento de propaganda e não existe na prática? Veja as eleições de 15 de novembro: os votos nulos e brancos, a complicada cédula para o analfabeto, o semi-analfabeto e o desinformado/votarem; o tempo desproporcional dado aos partidos nos meios de Comunicação, o poder econômico esmagando as idéias nas campanhas, a representação desproporcional de cada estado no Congresso e a representatividade questionável da Assembleia Nacional Constituinte a ser instalada.

O eleitor, certamente sabe que os deputados federais e senadores eleitos em 15 de novembro passado estão encarregados de reverem todas as nossas leis. Pois é, eles são nossos "Constituintes", ou seja, vão escrever nossa nova Constituição. E como a Constituição é a lei básica que manda em todas as

outras leis, nossa vida pode piorar ou melhorar conforme a Constituição que fizerem.

Os Constituintes eleitos - 487 deputados federais e 72 senadores - estarão reunidos a partir de 1º de fevereiro para a elaboração da oitava Constituição brasileira, o que acontecerá pela quarta vez em função de uma Assembleia Nacional Constituinte. Os trabalhos serão instalados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, seguindo-se a eleição do seu presidente e a aprovação do regimento que disciplinará o funcionamento da Assembleia. Não há prazos estabelecidos para a conclusão dos trabalhos.

O Congresso Constituinte recém-eleito será composto por algumas figuras já conhecidas pela sociedade brasileira, como o deputado Ulysses Guimarães, o Dr. Afonso Arinos, o Lula, o ex-ministro Delfim Netto e José Ri-

cha. Ao lado desses e de outros, haverá rostos desconhecidos. Inferiorizados numericamente ante os conservadores, os progressistas ganham reforço de sindicalistas como Olívio Dutra, os advogados Maurício Correia e Luiz Sigmaringa, o ex-líder estudantil Vladimir Palmeira e jovens comunistas como Edmilson Valentim e Lídice da Mata. A direita conta com a chegada do empresário paulista Guilherme Afif Domingos (com posições definidas contra a Reforma Agrária), do ex-prefeito do Recife, Joaquim Francisco e do coronel Jarbas Passarinho.

O PT obteve a triplicação dos votos em relação a 82, que lhe garantirá na Constituinte, uma bancada de 18 representantes, o PT também deposita muita esperança em sua bancada sindicalista: Luis Gushiken, dirigente bancário em São Paulo; Olívio Dutra, dos bancários gaúchos;

João Paulo Pires e Vasconcelos, metalúrgico de Monlevade, Minas; e Renato Paim, metalúrgico de Canoas (RS).

O deputado paulista Plínio Arruda Sampaio, do PT, também se encaminha para uma posição de destaque na Constituinte, vai levar posições modernas e progressistas a temas como a reforma agrária. Na verdade, vai contrabalançar o latifundiário e inimigo ferrenho contra a reforma agrária, Roberto Cardoso Alves, da bancada paulista do PMDB e da UDR.

A infelicidade de Sergipe é que todos os seus representantes eleitos para a Constituinte são de direita, foram apoiados por poderosos grupos econômicos e garantiram a sobrevivência das oligarquias. Resta saber se o povo, que não esteve atento ao processo de eleições dos Constituintes, irá acompanhar atentamente os trabalhos do Congresso Constituinte.

PROGRAMA MÍNIMO DOS DIREITOS INDÍGENAS NA CONSTITUINTE



A LUTA DECISIVA DOS ÍNDIOS NA CONSTITUINTE

Este programa mínimo aponta para os direitos fundamentais dos povos indígenas, a serem inscritos na nova Constituição do Brasil.

A garantia dos direitos territoriais e culturais próprios dos povos indígenas, bem como o acesso à plena participação na vida do país, são princípios básicos para que se possa construir uma Constituição democrática.

Primeiros ocupantes desta terra, os índios foram os primeiros destituídos dos seus direitos fundamentais. O resgate da dívida social no Brasil começa aqui.

1. RECONHECIMENTO DOS DIREITOS TERRITORIAIS dos povos indígenas como primeiros habitantes do Brasil.

Os índios devem ter garantida a terra, que é o seu "habitat", isto é, o lugar onde vivem segundo sua cultura e onde viverão suas futuras gerações. Este direito deve ter primazia sobre outros, por ter origem na ocupação indígena, que é anterior à chegada dos europeus.

2. DEMARCAÇÃO E GARANTIA DAS TERRAS INDÍGENAS.

Conforme a Lei nº 6.0001/73, terminou em 21 de dezembro de 1978 o prazo para a demarcação de todas as terras indígenas. Hoje, apenas 1/3 das terras está demarcado. Por isso, é necessário colocar esta questão na nova Constituição Brasileira. Contudo, só a demarcação não: é preciso que as terras, uma vez demarcadas, sejam efetivamente garantidas, para evitar as invasões constantes que até hoje ocorrem.

3. USOFRUTO EXCLUSIVO PELOS POVOS INDÍGENAS, das riquezas naturais existentes no solo e subsolo dos seus territórios.

De nada vale a demarcação e garantia de suas terras, se os índios não puderem decidir livremente como usar as riquezas do solo e subsolo de seus territórios. Eles têm o direito, como povos diferenciados, de escolher como empregar estas riquezas. O progresso do Brasil, até hoje, se fez às custas da destruição dos índios e da invasão de suas terras. Agora, deve-se respeitar os povos que resistiram, assegurando-lhes condições para uma vida digna e para a livre construção de seu futuro.

4. REASSENTAMENTO, EM CONDIÇÕES DIGNAS E JUSTAS, DOS POSSEIROS pobres que se encontram em terras indígenas.

Os índios não desejam resolver seus problemas às custas dos trabalhadores rurais

pobres, que foram empurrados para as terras indígenas. Por isso reivindicam que os posseiros pobres tenham garantido o reassentamento em condições que não os desamparem ou os obriguem a invadir novamente territórios indígenas.

5. RECONHECIMENTO E RESPEITO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS dos povos indígenas com seus projetos de futuro, além das garantias da plena cidadania.

O Brasil é um país pluriétnico, isto é, um país que tem a sorte de abrigar, entre outros, 170 povos indígenas diferentes. Esta riqueza cultural precisa ser garantida em benefício das gerações futuras de índios e não-índios. Para isso, a Constituição Brasileira deve incluir o reconhecimento das organizações sociais e culturais indígenas, assegurando-lhes a legitimidade para defenderem seus direitos e interesses e garantindo-lhes a plena participação na vida do País.

CRUZADO II



A CUT e a CGT reunidas: na mesma greve, bandeiras diferentes

As medidas de ajuste do Plano Cruzado tiveram enorme impacto e abalaram as relações do governo com os trabalhadores. Através de um decreto-lei, o governo procurou regular matéria trabalhista (por exemplo, o "gatilho" salarial), o que é indiscutivelmente inconstitucional, sob o ângulo jurídico. "Tudo que não for norma financeira está afrontando a Constituição", a

firmou o advogado tributarista Ives Gandra.

Até mesmo o presidente do PMDB paulista, Almino Afonso, ficou insatisfeito com estas decisões e não concordou com a forma restrita com que foram tomadas: "Nada que signifique um retrocesso na política salarial pode merecer nosso apoio". A preocupação de Almino Afonso é que o "pacote" desgaste a imagem do PMDB

de partido, segundo ele, comprometido com os interesses da classe trabalhadora. O governador eleito de São Paulo, Orestes Quêrcia, foi mais incisivo: "Não estamos mais em época de pacote", afirmou, mencionando o "mascaramento da inflação".

O fato é que o governo preferiu conduzir o processo econômico de forma restrita, sem querer ouvir segmentos da sociedade e do Congresso Nacional. A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) de São Paulo prevê que o efeito das medidas terá impacto inflacionário de, no mínimo, dez por cento.

As medidas causaram uma reação inédita do movimento sindical. Outros setores da sociedade civil aderiram à greve proposta pela CUT e CGT do dia 12 do corrente - Igreja, movimento estudantil, profissionais liberais, trabalhadores das estatais, saíram às ruas, como ocorreu em Brasília, em protesto contra as últimas medidas econômicas do governo, em defesa dos salari

os, pelo congelamento real dos preços e o não pagamento da dívida externa.

Agora, com o impacto da manifestação de Brasília (20 mil manifestantes), e com a greve geral de protesto, o governo novamente adota o discurso "terrorista" de que está havendo teste de guerrilha urbana! "Faz parte da tática de guerrilha botar uns inocentes na rua para apanhar. Qualquer manual besta de tática de manifestação de rua ensina isso", afirmou Fernando Mesquita, porta-voz do Planalto.

O que se vê num discurso "sério" desse tipo é a influência da famosa "Doutrina de Segurança Nacional", que não aceita a possibilidade de conflitos sociais fazerem parte do jogo democrático. Pelo visto, no momento que Pazzianotto também responsabiliza a CUT pelos incidentes em Brasília, sucumbe toda a política trabalhista que parecia querer implementar, como "o fim da repressão às greves", "maior diálogo", "mais liberdade e flexibilidade" e "respeito pela autonomia sindical".

PROPOSTAS SOBRE TRABALHO NA CONSTITUINTE

Foram feitas em nível nacional, regional e diocesano pelo Conselho Permanente da CNBB. 1. Em nível nacional: continuar o acompanhamento e es tudo da Constituinte pela Comissão Especial de Assessoria da CNBB; designar Comissão ou pessoa para acompanhar os trabalhos da Constituinte, manter a Igreja informada e oferecer assessoria aos Deputados e Senadores.

2. Em nível regional: avaliar o posicionamento dos De

putados e Senadores sobre as propostas da Igreja para a nova Constituição.

3. Em nível local: continuar a mobilização das comunidades sobre questões nacionais, como Reforma Agrária, Escola Particular, Defesa da Vida e outras; participar das mobilizações populares por justas reivindicações democráticas; dar continuidade às Comissões Diocesanas, que conscientizaram e organizaram o povo para para as eleições, agora para acompanhar e discutir os projetos da Constituinte.

EXPEDIENTE

Registro, no Livro 7, fls. 121, Nº 255, a 08/10/1941. Cartório do 10º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, em Aracaju - Se.

Órgão Informativo da Diocese de Propriá.

Diretor Responsável: D. José Brandão de Castro.

Equipe de Redação: Carmelita, Lourival Júnior e Hildebrando Maia.

Redação: Pça. Rodrigues Dória, 73.

49900 Propriá Se

Tiragem: 1000 exemplares.

Assinatura:
Dentro da Diocese Cz\$ 10,00
Fora da Diocese: Cz\$ 20,00
Apoio:..... Cz\$ 50,00

BIBLIA E VIDA



NA ORIGEM DO POVO DE DEUS, UMA PROSTITUTA

O Livro de Josué nos relata a Tomada da Terra por parte dos israelitas. Se bem que possa parecer que o conflito se dê entre dois povos, israelitas e cananeus, uma leitura mais atenta revela uma posição entre cidade e campo. As cidades são vistas como inimigas pelos camponeses israelitas (Js 6ss). Cumpre derrotar seus reis (Js 12). A pesquisa moderna já apercebeu que tal fato só pode se dever ao domínio exercido por tais reis e cidades sobre o campo, forçado a uma tributação cada vez mais extorsiva.

É frente a esta exploração econômica que Israel surge como povo. Camponeses empobrecidos, semi-nômades expulsos pela cidade, marginais em estado de revolta latente, organizam-se e enfrentam os reis e suas cidades-estado, num momento em que o poder egípcio enfraquecido não pode mais manter pela força o sistema social palestinese. Desta organização nasce o povo de Deus.

Diante desta nova avaliação do período formativo de Israel, a posição radical entre israelitas e cananeus está fora de foco. Não são dois povos que se enfrentam. São grupos marginais que se opõem às cidades.

Muitos dos assim chamados cananeus são assimilados pelo Israel emergente. Um protótipo deste fenômeno é a prostituta Raabe, moradora da cidade de Jericó (Js 2). Ela esconde em sua casa dois israelitas que vieram espionar a cidade, com vistas a tomá-la e destruí-la. Apesar de mo-

rar na cidade vista como inimiga pelos israelitas, Raabe está disposta a protegê-los dos soldados que os perseguem participando assim da conspiração contra seu rei.

O que a leva a fazê-lo? Sua condição de prostituta a coloca ao lado dos grupos marginais em revolta. Pertence aos grupos que a cidade marginalizou em seu próprio meio. A cidade a quer e a condena. Utiliza seus serviços e a despreza. Mulher e prostituta! Pode haver alguém mais à margem de uma sociedade patriarcal?

A prostituta ouviu falar deste povo que emerge. Conhece os feitos do Deus deste povo, que é Deus em cima nos céus, e em baixo na terra (Js 2,9s). Sabe que este Deus libertou escravos do Egito, derrotou reis e dá a terra a seu povo. Sabe que ninguém pode resistir a este Deus. E vê neste Deus e em seu povo uma chance: a chance de libertar-se do uso do seu corpo e do desprezo dos poderosos. Por isso confessa-se a este Deus libertador e se envolve na conspiração daquele povo novo que luta contra os tiranos, a judado por seu Deus. Tem fé e espera que este Deus e seu povo lhe dêem um novo lugar.

E há lugar no povo de Deus para a prostituta Raabe. Para ela e para todos aqueles que foram expropriados de tudo do quanto tinham: camponeses empobrecidos e sem terra, semi-nômades expulsos para a estepe, marginais fugidos. São estes párias da sociedade que vão formar um povo novo, o povo de Deus.

Raabe é protótipo de tantos outros que encontraram abrigo em meio a Israel. E é protótipo para todos que não encontram mais lugar na velha sociedade de hoje. É protótipo daqueles que a sociedade quis e condenou, usou e desprezou.

Como Raabe, os marginais de hoje estão na origem do povo de Deus.

Carlos A. Dreher
CEBI
Caixa Postal 324
93.000 - São Leopoldo-RS

ENCONTRO DE SINDICALISTAS

Os sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios de Propriá, Ilha das Flores, Itabí, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes (Se), reuniram-se nos dias 27 e 28 de novembro, em Propriá, para discutir sobre o sindicalismo no momento atual.

Dentro desse assunto vários temas foram discutidos, como: o acompanhamento aos sindicatos, a assessoria, as centrais sindicais e a legislação. No encontro foi entregue um dossiê sobre a realidade do sindicalismo.

Ficou decidido no encontro que o MEB (Movimento de Educação de Base), juntamente com o P.T. (Partido dos Traba-

lhadores), trabalharão em conjunto no acompanhamento aos sindicatos. Esse acompanhamento se dará no campo jurídico e educacional, e na discussão que leve a uma nova definição para as delegacias sindicais, também serão realizados curso de formação para os líderes sindicais.

Os sindicalistas marcarão dois encontros onde decidirão como será o assessoramento jurídico e educacional. O primeiro será nos dias 13 e 14 de Janeiro de 87, com os sindicatos que estão localizados nas margens do rio São Francisco. O segundo será nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 87, com os sindicatos da região de Itabí.

SEM TERRA SOFREM COM ATUAÇÃO DO INCRA

As 54 famílias de trabalhadores sem-terra dos municípios de Canhoba, Amparo, Nossa Senhora de Lourdes (SE), que estão acampadas nas margens do Rio São Francisco, ao lado da fazenda Borda da Mata enviam um documento ao ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira.

Neste documento, as famílias lembram ao ministro que estão cientes de que a terra, ao qual eles reivindicam, está nos planos do governo para ser desapropriada, e que desde 1985 esta mesma fazenda entrou no Plano Regional de Reforma Agrária do estado de Sergipe.

Por isso, cansados de tanto esperar fomos obrigados a no dia 30 de setembro, ocupar a terra da fazenda Borda da Mata para garantir melhores condições de vida para nossas famílias que vive nesta região sem um pedaço de terra para trabalhar". Desta forma as famílias explicam ao ministro a ocupação da fazenda por parte deles.

No dia 03 de outubro, a Dra. Mirena Dantas de Goes, juíza da comarca de Canhoba, enviou um oficial de justiça com um grupo de soldados, e através de uma ação de despejo expulsou as famílias da fazenda. Os sem-terra passaram a viver acampados às margens do rio São Francisco ao lado deste latifúndio.

As famílias estão vivendo em pequenos barracos cobertos com plásticos, em situação de extrema miséria. As

crianças que estão morando no acampamento, apresentam vários tipos de doenças e a maioria está desidratada. As famílias sobrevivem graças a ajudas das Comunidades vizinhas.

Segundo as famílias, o Governo do Estado nunca deu assistência aos acampados. No dia 09 de outubro a Comissão Agrária do estado visitou o acampamento para conhecer a situação e comprovar se a terra era realmente improduti-va. Foi aprovado por unanimidade a desapropriação, mas de somente um terço da fazenda.

As famílias exigem do Sr ministro da Reforma Agrária, a desapropriação e o loteamento de toda área da propriedade - mais de 12 mil tarefas. Os acampados temem com a demora, pois já, está se vencendo o tempo para desmatar e preparar a terra para o plantio.

O INCRA fez uma vistoria na área e enviou projeto de desapropriação para Brasília. Ocorre que, a vistoria não foi completa e o projeto indica apenas uma área de 1210 ha. O que, daria apenas para 36 famílias. Atualmente existem na área 54 famílias acampadas, 22 de posseiros e mais famílias de trabalhadores sem terra do município de Canhoba-SE que também reivindicam aquela área.

A situação na área já está bastante tensa e poderá se agravar, caso o INCRA não refaça o Projeto ou envie com rapidez um outro complementar.

FALSO ESCRITOR

A revista Senhor de 25 de novembro de 1986 (nº 297), publicou em sua seção de cartas, uma nota assinada por Ricardo Maldono. Ele denunciou na sua carta, que o tão badalado livro "Lutar contra toda a esperança", escrito pelo Sr Armando Valladares, não passa de uma grande farsa financiada pela CIA.

Ricardo Maldono recebeu um recorte de jornal da imprensa francesa, onde aparecem as verdadeiras qualidades desse senhor. Armando Valladares pertence a polícia do governo do ditador Fulgêncio Batista, trabalhando no serviço secreto de 1957 a fevereiro de 1959, quando foi expulso da Polícia Nacional pelo governo revolucionário, por alta traição aos interesses da pátria. Passou então a trabalhar para a CIA em território cubano, fazendo parte de uma organização terrorista chamada FRD.

Em 1960 foi preso e condenado a 22 anos de prisão. E mesmo na prisão continuou como agente da CIA. A partir de 1979 recebeu orientações para

se declarar paralisado. A CIA fez ampla propaganda internacional denunciando os maus tratos e a sua paralisia.

O presidente Mitterrand intercedeu por sua libertação e lhe concedeu asilo na França. Na chegada montou-se um forte esquema de segurança para receber o escritor paralisado que vivia em cadeiras de rodas, resultado das torturas. Para a surpresa geral, apareceu na escada do avião um elegante senhor caminhando altivo. Depois, em entrevista, ficaram claras suas condições literárias: de fato, tratava-se apenas de um golpe da CIA contra o regime cubano. Valladares era apenas um agente bem pago.

Esse mesmo golpe publicitário foi dado agora na imprensa e para a opinião pública brasileira. Ricardo Maldono termina sua carta afirmando que, independentemente da posição política que qualquer pessoa tem a liberdade de ter em relação ao regime cubano, temos a obrigação de desmascarar um embusteiro e falso escritor dessa magnitude.

MEEIROS DE ILHA DO OURO CONQUISTAM A TERRA



O Governador do estado, Dr. João Alves Filho, acompanhou, uma comissão a Brasília no dia 03 de dezembro, para agilizar junto ao MIRAD - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário - a desapropriação da fazenda Ilha do Ouro, no município de Porto da Folha (SE). A comissão estava composta de um líder sindi-

cal, Adonias, um meeiro de Ilha do Ouro, e um representante da Diocese de Propriá, Frei Enoque.

Esta ida a Brasília foi acertada nas vésperas das eleições, quando os sem terra de Ilha do Ouro, acamparam em frente ao Palácio do Governo.

A comissão aproveitou a ocasião e levou um documento dos acampados de Borda da Mata, Canhoba (SE), no qual os sem terra contam ao Ministro da Reforma Agrária as razões que os levaram a ocupar aquela terra, denunciam a situação em que se encontram e a descompromissada atuação do INCRA.

A intervenção do governador do Estado foi importante e decisória. Cumpriu com o seu papel de representante do povo, e o fato de ter ido de-

pois das eleições demonstrou que a sua ação não foi eleitoral.

No dia 09 do corrente foi anunciada a desapropriação da fazenda Ilha do Ouro, o Presidente José Sarney havia assinado a desapropriação que vai beneficiar 86 famílias.

Os beneficiados com a Reforma Agrária, que já são meeiros há mais de 20 anos, a colheram com festa a notícia: Primeiro uma procissão festiva pelas ruas do povoado, depois o samba de coco até o raiar do dia.

Aos poucos os trabalhadores rurais estão conquistando a terra, fazendo a Reforma Agrária, contrariando assim os interesses dos detentores do poder e dos governantes a serviço do latifúndio.



Chegamos agora ao final do ano e é, com grande alegria, que desejo para você e sua família um feliz Natal com as mais copiosas bênçãos de Deus. O Natal nos lembra Jesus Cristo e todos nós temos nele o nosso Salvador e o nosso grande amigo.

Mas, como você sabe, cada um de nós recebeu um dom especial de Deus, um encargo particular, uma missão própria. Esse dom, esse encargo, essa missão, nós precisamos de procurar aceitá-los, porque nos foram dados para ajudarmos nossos irmãos.

Por isso estamos convidando todas as Comunidades a se prepararem para a próxima Assembléia que se realizará, de 12 a 15 de fevereiro de 1987, em Propriá.

Cada Comunidade deverá em preparação para essa Assembléia, refletir a luz da Palavra de Deus e do roteiro de preparação, os passos dados nos últimos dois anos e o que nossa Diocese precisará de fazer nos próximos dois anos.

Estamos à espera de um novo Bispo para a Diocese de Propriá. Mas não sabemos ainda quando é que ele vai chegar. Como esta Assembléia foi marcada e prevista faz mais de um ano, cremos que sua realização será muito útil na caminhada pastoral da Diocese nos próximos anos.

Os representantes das Comunidades serão escolhidos nas assembleias de cada área.

Espero que todos rezem fervorosamente pelo feliz resultado dessa Assembléia.

Propriá, 11 de Dezembro de 1986.

D. José Brandão de Castro - Bispo de Propriá.

CONSTITUINTE: PROPOSTAS POPULARES

As Comunidades, os sindicatos, as Associações de Moradores e outras entidades do movimento popular já elaboraram propostas de leis para a nova Constituição. É interesse da sociedade brasileira que os Constituintes eleitos levem para o Congresso Nacional Constituinte as suas aspirações.

A nova Constituição deve ser escrita em linguagem clara e sem conceitos ambíguos que deem margem a várias interpretações. Deve garantir a ampliação dos direitos humanos, políticos, sociais, culturais e econômicos da população e assegurar uma organização da sociedade que leve em conta os interesses das grandes maiorias marginalizadas.

A Constituição deve começar por afirmar os direitos e garantias dos cidadãos e das coletividades, para depois afirmar o papel do Estado, já que o povo é o grande soberano.

A partir deste número resolvemos publicar as propostas populares para a Nova Constituição. Começaremos pelos Direitos Sociais do povo brasileiro.

DIREITO AO TRABALHO

- * Será garantido a todo cidadão, sem qualquer espécie de discriminação, o direito ao trabalho e a um salário justo, cujo mínimo será calculado segundo índices divulgados pelo DIEESE, com reajuste automático, observada sempre a elevação do custo de vida.
- * Será estável o emprego a partir da admissão do trabalhador no emprego.
- * Será igual o salário do trabalhador admitido em cargo antes ocupado por empregado

recentemente demitido desse cargo.

- * Será de 40 horas semanais a jornada de trabalho, com redução de carga horária para os que trabalharem em locais insalubres ou perigosos.
- * Será garantida ao trabalhador a participação nos lucros da empresa.
- * Será garantido a todo o trabalhador, sem exceção ou restrição, o direito à greve.

DIREITO À SAÚDE

- * A saúde, como bem social, é um direito de todos e, por isto, dever do Estado, a quem caberá supri-la exclusivamente, enquanto preventiva e curativa, garantidas, nesse último caso, práticas alternativas de tratamento.
- * Será elaborada uma política nacional e integrada de saúde pública, observadas e respeitadas as características de cada região.
- * O poder público controlará a fabricação, a distribuição e o uso de medicamentos.

DIREITO À EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER

- * A educação é um direito de todos e um dever do estado.
- * O ensino será público e gratuito em todos os níveis, do pré-escolar ao 3º grau, e obrigatório dos 6 aos 14 anos.
- * Será garantido material escolar, alimentação básica e assistência médica-dentária aos alunos do pré-escolar e 1º grau.
- * O ensino particular será desenvolvido apenas por fundações e associações civis sem fins lucrativos.
- * Será obrigatório o ensino do idioma nacional nos cursos de 1º e 2º graus, garantindo-se aos povos indígenas o uso e estudo de sua própria língua.

- * O Estado regulará os meios de comunicação para que assegurem e promovam a cultura nacional.

DIREITO AO TRANSPORTE

- * Estatização dos serviços de transportes de massa.
- * Desenvolvimento do transporte ferroviário e reativação de antigas ferrovias, por ser esse o principal transporte de massa.
- * Os custos com transportes não poderão ser superiores a 6% do menor salário.

DIREITO À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- * Haverá uma progressiva expansão das TV educativas e estatais, até a supressão da iniciativa privada nesse setor.
- * Será garantida a divulgação gratuita do trabalho das organizações classistas e demais entidades representativas dos segmentos da sociedade civil nos veículos de comunicação e divulgação.

DIREITO À HABITAÇÃO E URBANISMO

- * Uma reforma urbana que dê direito, a todos os cidadãos, à moradia, à terra, ao saneamento, ao transporte, e sem enriquecer grupos econômicos.
- * A habitação é um bem social e, portanto, caberá ao Estado controlar a geração de lucro das construtoras, sendo extintas as incorporadoras.
- * Será dado o usucapião urbano com prazo de 3 anos e procedimentos simplificados.
- * Desapropriação de áreas urbanas a baixo custo ou financiadas com pagamentos em títulos da dívida pública.